

Carta da categoria petroleira na Bahia ao novo Presidente da Petrobrás

Bem vindo à Bahia senhor presidente Jean Paul Terra Prates!

As direções das entidades baianas dos petroleiros e petroleiras do Sistema Petrobrás saúdam o novo presidente da Petrobrás, a maior empresa do nosso país, e desejam muito sucesso na sua nova missão.

Nesse sentido é grande a nossa expectativa em relação as mudanças necessárias rumo ao crescimento e à retomada do papel da empresa e suas subsidiárias como indutoras do desenvolvimento econômico e social do Brasil e o atendimento das demandas da nossa categoria que sempre esteve mobilizada na luta em defesa do Sistema Petrobrás.

Os desafios da sua nova gestão são imensos, mas temos confiança que serão superados, com o apoio do nosso presidente Lula, o empenho da nossa força de trabalho e o nosso compromisso com o futuro da Petrobrás e das demais empresas do Sistema.

Senhor presidente, é impossível falar da luta do “Petróleo é Nosso”, do surgimento, desenvolvimento, crescimento e consolidação dessa indústria e da sua tecnologia, bem como, da nossa empresa e suas Subsidiárias, sem falar da participação protagonista dos petroleiros baianos.

Assim como o Brasil, a indústria do petróleo e a Petrobrás nasceram na Bahia. Hoje temos orgulho do tamanho, da pujança e dos resultados da Petrobrás e suas Subsidiárias, mas isso somente foi possível devido ao trabalho, o esforço e a determinação dos petroleiros e petroleiras, baianos e baianas, pioneiros e pioneiras da indústria do petróleo no Brasil.

Entretanto, esses companheiros e companheiras não tem tido o devido reconhecimento apesar de toda a sua importante e contribuição nesses 70 anos da história da produção do petróleo e gás na Bahia e no Brasil.

Esses companheiros, companheiras e suas famílias tem enfrentado sérios problemas financeiros, devido a uma série de descontos extras que passaram a ocorrer, à partir de 2019, na sua previdência complementar, administrada pela Petros, e na sua saúde suplementar, administrada pela APS – Associação Petrobrás de Saúde.

Somente na Bahia, são mais de 15 mil aposentados e pensionistas que vem sofrendo com a atual direção bolsonarista da Petrobrás, da Petros e da APS, assim como, milhares de companheiros e companheiras da ativa que enfrentam, ainda, a truculência dessa gestão entreguista, que transferiu arbitrariamente milhares de

trabalhadores e trabalhadoras baianos e baianas para outros estados, até vossa excelência determinar a suspensão de todas essas transferências.

Além disso senhor presidente, a Bahia foi o estado mais atacado pela nefasta administração do governo Bolsonaro na Petrobrás e suas Subsidiárias. Vivemos uma verdadeira diáspora dos petroleiros e petroleiras baianos e baianas para todos os cantos do nosso país. É necessário e urgente que tudo isso seja revertido. A indústria do petróleo, gás, petroquímica, energia e fertilizantes continua sendo extremamente viável no nosso estado, além das imensas potencialidades que existem na exploração em águas profundas e nas energias renováveis. A retomada desses investimentos é muito importante para o Sistema Petrobrás, para o estado, para o Nordeste, para o nosso país e para trazer nossos irmãos e nossas irmãs de volta para casa.

Nós petroleiros e petroleiras baianos e baianas do Sistema Petrobrás referendamos integralmente as propostas enviadas pela direção da FUP à vossa excelência, no dia 27/01/2023, das quais destacamos: fim do PPI e preços socialmente justos dos combustíveis, Petrobrás 100% pública e integrada em todo o território nacional, retorno dos investimentos em tecnologia, pesquisa, inovação, transporte, distribuição, comercialização, novas fontes de energia, fertilizantes, petroquímica e projetos sociais, recuperando o prestígio da marca da empresa junto aos brasileiros.

Essenciais também as propostas de paralisação de todos os processos de privatização, investigação de todas as vendas realizadas e punição dos gestores que cometeram irregularidades, reestatização dos ativos vendidos, crescimento e aumento da capacidade de refino nacional, revisão do Repetro, da Lei no 13.586, da decisão do CNPE, quanto a redução no pagamento de royalties em campos de baixa e média produção.

E ainda, o resgate dos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras, o respeito a liberdade e autonomia sindical, a geração de mais e melhores empregos, o respeito às normas internacionais do trabalho e aos acordos e às convenções coletivas de trabalho, a transição energética justa, o calendário de reuniões para apresentação e contribuições do movimento sindical ao novo Plano Estratégico da Petrobrás e suas Subsidiárias, espaços de negociação com os trabalhadores e as trabalhadoras, representados pelos sindicatos e a nova gestão da empresa e mesas de negociações fortes e transparentes.

Nesse sentido, aproveitando sua importante visita a nossa terra, a qual agradecemos muito, queremos também apresentar as nossas propostas, que complementam tudo o que a direção da FUP já lhe apresentou, para solucionar os graves problemas que afligem a família petroleira, regularizar as relações trabalhistas e sindicais, anular ou remediar toda a destruição e desmonte que foi feito nas atividades da Petrobrás e

suas Subsidiárias aqui no nosso estado e retomar os seus investimentos na Bahia e no Nordeste:

Nossas propostas para os graves problemas da categoria petroleira

1- Fim dos equacionamentos atuais e futuros com aporte de recursos que os PPSPs precisam para pagar seus benefícios de renda vitalícia, através: a) da mudança na forma de contabilização dos títulos públicos dos PPSPs; b) da nova transação judicial na ACPU da FUP/Sindicatos; c) da anulação, junto a Previc, da supressão do inciso VIII do artigo 48 do regulamentos dos PPSPs; e d) do pagamento dos valores referentes as ações judiciais de revisão dos valores dos benefícios dos PPSPs, caso o inciso VII do artigo 48 seja mantido no seus regulamentos;

2- Fim do endividamento dos aposentados e pensionistas na Petros através: a) da regularização dos empréstimos pessoais da Petros; b) da negociação e parcelamento dos valores dos empréstimos; c) do fim das cobranças judiciais; e d) do retorno do limite de desconto de 40% nos seus respectivos benefícios líquidos;

3- Cumprimento das pendências do AOR - Acordo de Obrigações Recíprocas: a) alteração do estatuto da Petros para a eleição de dois membros da direção da Petros (Seguridade e Administração); e b) implantação dos Comitês de acompanhamento dos PPSPs e do PP2;

4- Revisão da decisão do Conselho Deliberativo que alterou o regulamento do PP2, permitindo a aumento dos saques no seu patrimônio, para o participante que se retira do plano, reduzindo a rentabilidade do plano;

5- Fim dos altos salários e dos superbônus dos dirigentes da Petros, da sua política de demissão sistemática dos funcionários da Fundação, do impasse na negociação do seu ACT - Acordo Coletivo de Trabalho e dos seus mandatos a frente da nossa fundação;

6- Constituir Grupo de Trabalho - GT tripartite, com representantes das entidades sindicais, da Petrobrás e da Petros e especialistas em previdência privada para: a) identificar a real situação dos planos administrados pela PETROS,; b) realizar um auditoria atuarial independente, incluindo a possível redução da expectativa de vida dos participantes e assistidos da Petros; c) viabilizar a sustentabilidade dos planos que pagam renda vitalícia; d) estudar e viabilizar a melhor forma para que Petrobrás e demais patrocinadoras paguem para a PETROS os impactos atuariais decorrentes da sua política de RH que aumentou o passivo dos PPSPs (Planos de Incentivo a Demissão Voluntária, aumento real de salários, RMNR, concessão de aposentadoria especial, transferência de empregados e ou aumento de horas extras, valorizando a média salarial, no período de cálculo e concessão de benefícios nos PPSPs); f) apurar as possíveis responsabilidades da Petrobrás e das demais patrocinadoras dos PPS's e do PP2 devido o não cumprimento do artigo 25 da lei complementar 108/01 e viabilizar a cobrança dos valores e a mitigação dos danos decorrentes

desse descumprimento; g) buscar alternativas para os participantes e assistidos que tiveram que migrar para os planos de CD (PP3 e Flexprev); h) buscar a melhor forma de eliminar a cobrança do imposto de renda nos valores dos benefícios brutos, devido aos descontos das contribuições extraordinárias dos PEDs do PPSPs; i) apurar e divulgar todos os resultados do trabalho de investigação, suas conclusões, seus custos e quanto foi recuperado em relação aos investimentos decorrentes da Operação Greenfield; j) realizar nova apuração em relação aos investimentos realizados desde 2016 até a presente data; k) adotar todas as medidas jurídicas para punição e ressarcimento quanto as irregularidades encontradas nessas apurações; l) avaliar a constitucionalidade e a legalidade de cada uma das resoluções emitidas pelos órgãos de governo: CNPC, Previc, SEST, CMN e GCPAR em relação a nossa previdência complementar; m) propor mudanças na legislação para que a Previc e o CNPC sejam mais eficazes na fiscalização, normatização e prevenção de novos déficits nos planos administrados da PETROS; o) formular propostas para melhoria da legislação da previdência complementar; e p) analisar, definir e elaborar a melhor forma de atender as reivindicações dos itens anteriores (01 à 05);

7- Fim dos descontos abusivos da AMS através do: a) cumprimento do limite de desconto de 13% do benefício líquido dos aposentados e pensionistas previsto no ACT 2022/2023; b) retorno da relação de custeio 70% x 30% na AMS, conforme era previsto no ACT 2019/2020; c) encerramento da cobrança do saldo devedor da AMS; d) término das cobranças dos gastos anteriores aos últimos 05 anos; e) encerramento do VCMH para correção das contribuições da AMS e sua substituição por outro índice que acompanhe a correção dos salários e benefícios dos trabalhadores da ativa, aposentados e pensionistas; f) encerramento dos equacionamentos anuais; f) cumprimento das decisões judiciais; e g) término do contencioso jurídico devido aos diversos descumprimentos do atual ACT;

8- Constituir de Grupo de Trabalho - GT, com representantes das entidades sindicais e da Petrobrás para: a) retornar a gestão da AMS para o RH da Petrobrás; b) retirar os atuais dirigentes da APS, que não conhecem a realidade da autogestão de um plano complexo como a AMS; c) encerrar a prática de glosas indiscriminadas, atrasos, não pagamentos aos credenciados e descredenciamento dos nossos melhores profissionais e serviços de saúde; e d) analisar, definir e elaborar a melhor forma de atender as reivindicações dos itens anteriores (07 e 08).

9- Regularizar os descontos das mensalidades dos aposentados e pensionistas para os Clubes Sociais e Associação de Aposentados;

10- Regularização dos terrenos e apoio financeiro para continuidade e funcionamento dos nossos clubes sociais - CEPES;

11- Cumprir a lei 10.559/2002, referente ao seu artigo 6º, para atualização e pagamento dos valores referentes a indenização dos companheiros e companheiras anistiados e anistiadas junto a área de RH da empresa;

12- Retorno imediato de todos e todas os trabalhadores e as trabalhadoras da Petrobrás e Subsidiárias que foram transferidos, e que quiserem retornar, as suas bases de origem, devido a venda dos ativos da Petrobrás (Rlam, campos terrestres e termétricas), a desativação do complexo do Torre Pituba e a hibernação da Fafen, garantindo a sua transferência para a UN-BA e as demais unidades administrativas e operacionais da empresa e suas Subsidiárias na Bahia e que possam se apresentar na unidade mais próxima de sua residência, até que seja efetivado esse retorno;

13- Liberar todas as transfêrencias para os trabalhadores e as trabalhadoras, que assim desejarem, para qualquer outra unidade administrativa ou operacional no Sistema Petrobrás, com o pagamento correto do adicional provisório de transferência – ATP, de acordo com Regulamento Interno PE – 1PBR-00075 (Versão I) e as devidas correções.

Nossas propostas para a regularização das relações trabalhistas e sindicais

01- Reegrar no nosso Acordo Coletivo de Trabalho – ACT, o Teletrabalho, o PCD (pessoas com deficiências) e a Recomposição de Efetivo via Concursos Públicos;

02- Convocar o cadastro de reserva do atual concurso vigente dos engenheiros, PSP 2021.1, e aumentar a sua validade para mais 01 ano (31.05.24);

03- Adequar o regime de trabalho administrativo de Cowrking ao regime flexível, evitando descontos abusivos no contra-cheque do empregado e da empregada e evitar que as gerências, abusivamente, não permitam a realização de compensação de suas horas trabalhadas;

04- Modificar a atual política de remuneração variável (PLR x PPP);

05- Resolver os diversos problemas causados pela mudança no Plano de Cargos e Remuneração (PCAC x PCR) e estabelecer a igualdade, sem discriminação, na sua execução;

06- Implementar uma política de saúde e segurança, com mais investimentos e as contribuições dos trabalhadores;

07- Garantir direitos aos trabalhadores próprios, terceirizados e do setor privado – rever os PDVs e as transferências abusivas; recuperar os direitos perdidos em nosso ACT, ao longo dos últimos anos – a exemplo do Banco de Horas, HETT, pagamento de horas extras, tabelas de turno; rever o modelo de contratação de serviços de forma que ajude na reconquista de direitos dos terceirizados como pisos salariais, plano de saúde para dependentes e fundo garantidor;

08- Encerrar as ações antissindicais, as punições ou perseguições de trabalhadores e trabalhadoras, dirigentes sindicais, bem como, rever as punições, demissões e suspensões já realizadas ou em andamento, incluindo os processos judiciais, além de garantir autonomia nas negociações locais;

09- Construir um processo de mesa de negociação permanente nacional e local, com fortalecimento dos Grupos de Trabalhos e Comissões e fortalecer as Comissões de Diversidades e combate às opressões dos trabalhadores e trabalhadoras do Sistema Petrobrás;

10- Criar espaços de participação dos trabalhadores e seus representantes sindicais no processo de transição energética da empresa, implementando uma transição justa;

11- Implantar na Universidade Petrobrás cursos e ou palestras para divulgar e fortalecer, nos empregados novos, a história, a imagem e a importância do papel social, econômico e desenvolvimentista da Petrobrás e suas Subsidiárias, enquanto empresas públicas e estatais;

12- Incluir nessa grade, palestras sobre a importância dos Sindicatos, tanto na criação como na defesa e fortalecimento dessas empresas, para a soberania do povo brasileiro, com membros dos sindicatos, explanando a história e a luta sindical, a importância da participação dos funcionários, inclusive fazendo suas filiações;

13- Incluir também cursos de formação e qualificação de dirigentes para a gestão da Petros com foco nas áreas de segurança e investimentos;

Nossas propostas para os investimentos e a reconstrução das atividades da Petrobrás e suas Subsidiárias na Bahia

01- Investir na exploração das bacias sedimentares baianas (margem leste marítima e campos terrestres) e na interiorização do gás natural no nosso estado;

02- Investir na Pbio - Petrobrás Biocombustíveis, utilizando novas tecnologias, interação com outras matrizes energéticas renováveis e a agricultura familiar;

03- Utilizar os campos terrestres para sequestro de carbono e armazenamento do gás natural;

04- Utilizar os campos terrestres e as propriedades dos agricultores familiares, fornecedores da Pbio, para inserção das energias alternativas (eólica, solar, biomassa, etc.) e a transição energética justa;

05- Estabelecer a competição no refino e na distribuição de combustíveis e de outros derivados na Bahia;

06- Investigar a venda da RLAM, dos terminais aquaviários administrados pela Transpetro, dos campos terrestres de Água Grande, dos demais campos do recôncavo baiano e todos os outros ativos vendidos, buscar a sua retomada e a reabertura de negociação com a Mubadala e demais empresas, com a divulgação pública, do interesse da companhia, na reincorporação da Rlam, desses terminais, desses campos terrestres e desses ativos, ao parque de refino e de logística da Petrobrás, do seu portfólio de exploração e produção e de suas outras atividades;

07- Reativar a indústria naval, o canteiro e o estaleiro de São Roque do Paraguassú, retomando suas atividades e encomendas;

08- Retomar a política de conteúdo nacional, priorizando as pequenas obras, encomendas e serviços;

09- Reativar imediatamente, com baixo custo, 400 poços produtores de petróleo parados por falta de manutenção básica;

10- Retomar as atividades da Fafen, rescindindo o contrato de arrendamento com a empresa Unigel;

11- Reabertura do conjunto Pituba como a sede da Petrobrás e suas Subsidiárias na Bahia centralizando a estrutura de gestão da Petrobrás na petroquímica, das suas operações financeiras (Cofip), do nosso plano de saúde (AMS) e dos serviços compartilhados do Norte e Nordeste;

12- Retornar as atividades administrativas da Petrobrás e suas Subsidiárias para o Torre Pituba, bem como, o campus da UP - Universidade Petrobras e o posto avançado para atendimento dos participantes e assistidos da Petros, dos beneficiários da AMS e suas respectivas famílias;

Senhor presidente, as dificuldades, os problemas e o trabalho serão enormes para que essas propostas sejam implementadas, mas a nossa vontade, o nosso compromisso e a nossa força são muito maiores, afinal, o lema do Governo Lula é **“UNIÃO E RECONSTRUÇÃO”** e nós petroleiros e petroleiras baianos e baianas, num exemplo de união de todas as suas entidades, subscrevem esta carta, confiam e tem fé, na reconstrução da Petrobrás e suas Subsidiárias na Bahia e no Brasil e estarão juntos nessa luta, pois: **O Desafio é Nossa Energia!**

Agradecemos a sua visita e desejamos, mais um vez, sucesso na sua nova missão.

Salvador-Ba, 12 de março de 2023.

Assinam as entidades dos petroleiros e petroleiras na Bahia.